

Palocci: meta fiscal flexível só vale se dívida cair

Ministro condiciona uso de política anticíclica à queda sustentável na relação entre endividamento e PIB até 2005

"A Tarde" / 4.4.2003

TRADUZINDO O ECONOMÊS

As políticas anticíclicas

• O uso de instrumentos fiscais ou monetários que incentivem o crescimento da economia em momentos de retração — ou que ponham um freio na expansão em períodos de muito aquecimento — é chamado de política anticíclica. O nome explica o objetivo: inverter um ciclo econômico. Essas políticas passaram a ser usadas após a Segunda Guerra Mundial, quando os países europeus e os EUA seguiram as teses do inglês John Keynes, que defendia o aumento dos gastos públicos para combater a recessão. É isso que o governo brasileiro estuda fazer: diminuir o superávit primário (aumentar gastos do governo) quando a economia estiver crescendo menos.



ANTONIO PALOCCI: "Os mecanismos anticíclicos são saudáveis. Mas têm que ser feitos no longo prazo"

Vivian Oswald, Aguinaldo Novo e Cássia Almeida

• WASHINGTON, SÃO PAULO e RIO. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou ontem em Washington que o novo mecanismo de política fiscal anticíclica — no qual o governo aumentaria o esforço fiscal quando a economia estivesse crescendo mais e elevaria os gastos públicos em momentos de retração econômica — só será usado se a dívida pública seguir uma trajetória de queda sustentável.

Segundo Palocci, o governo vai incluir no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que será enviada ao Congresso na semana que vem, esse novo conceito de meta de superávit fiscal primário (receitas menos despesas, sem contar o pagamento de juros). Mas a regra só valerá para 2005 e 2006. No ano que vem, a meta de superávit será de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas produzidas pelo país).

De acordo com o ministro, usar a nova forma de cálculo neste ou no próximo ano iria contrariar o trabalho de reafirmação da política de ajuste fiscal do governo. Para Palocci, é preciso antes garantir de maneira inequívoca que a relação entre dívida e PIB, hoje em 56,64%, está em queda segura.

— Vamos confirmar ou não (a nova regra) durante o ano de 2004, se de fato conseguirmos resultados positivos, que serão basicamente vistos pelos indicadores da relação entre dívida e PIB — disse Palocci, que está em Washington para a reunião conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Governo não fará proposta oficial ao FMI sobre o tema

O ministro negou que o mecanismo de superávit anticíclico será apresentado ao FMI como uma proposta oficial do governo. Segundo ele, o assunto será apenas conversado com a equipe do Fundo como parte do debate econômico:

— Não está se propondo (o mecanismo) para este ano e o acordo com o FMI se encerra este ano. Portanto, esse assunto pode ser definido com autonomia. Se na época hou-

ver um acordo em andamento, obviamente tem que colocar a discussão dentro do acordo.

Embora só pretenda adotar o mecanismo a partir de 2005, Palocci afirmou que governo quis antecipar o debate para torná-lo transparente.

— Não precisaríamos debater isso agora. Mas queremos dar muita transparência. Não vamos trazer para hoje as decisões que vão ser tomadas daqui a mais de um ano. Cada dia com a sua agonia — disse.

Palocci afirmou que para aplicar um novo modelo de política anticíclica não existe um patamar ideal para o tamanho da dívida pública. Segundo o ministro, o que é preciso é uma política econômica que mostre consistência e o declínio substancial da relação entre dívida e PIB.

— Os mecanismos anticíclicos são saudáveis. Mas têm que ser feitos a longo prazo e a partir de situação em que a dívida esteja sustentável, caso contrário não vai funcionar.

Economistas: dívida elevada dificulta política anticíclica

Entre os economistas, a proposta causou polêmica. Para Sérgio Werlang, diretor do Itaú e ex-diretor do Banco Central, a política fiscal anticíclica só funciona em países em que já é baixa a relação entre dívida e PIB. Ele citou a Irlanda, que manteve superávit de 5% do PIB por mais de dez anos.

— Ainda é muito cedo para o Brasil adotar uma política fiscal como esta — afirmou ele, acrescentando que o ideal seria ter um patamar de endividamento semelhante ao de México e Chile, em torno de 40% do PIB.

Paulo Nogueira Batista Júnior, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, defende a ideia como uma forma mais racional de se gerir a economia. Mas ele reconhece que o alto grau de endividamento do estado dificulta o uso de políticas anticíclicas no Brasil:

— Poderia ser usado com mais moderação, sem fixar regras muito rígidas que vinculem metas de superávit a taxas de crescimento. Mas é um caminho adequado, já que até agora vem acontecendo o contrário: uma política pró-cíclica, com o aumento do esforço fiscal em meio à economia retraída. ■